



SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO DE AÇÕES EDUCATIVAS
CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS
Judicialização da Saúde Mental

INFORMAÇÕES DA ESCOLA	Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro Responsável Técnico da Escola: Simone Cuber Araujo Pinto Diretor da Escola: Desembargador Marco Aurélio Bezerra de Melo Mandato do Diretor: 03/02/2023 a 03/02/2025		
PERÍODO DE INSCRIÇÃO	De 08 de maio a 07 de junho de 2023		
DATA E HORÁRIO	De 12 de junho a 07 de julho de 2023 Aulas síncronas: 16/06 e 03 de julho de 2023, das 10h às 12h		
TIPO DE ATIVIDADE <i>(Res. 11/2020 ENFAM)</i>	Curso de formação continuada;	CARGA HORÁRIA	20 horas
MODALIDADE	EAD com tutoria Síncrona e Assíncrona	Nº DE VAGAS	40
LOCAL	Plataforma Moodle (http://virtual.emerj.com.br/) e Plataforma Zoom		
PÚBLICO-ALVO	Magistrados do TJRJ		
EMENTA DO CURSO	Reforma Psiquiátrica Brasileira: origens e concretização; A Judicialização da saúde mental: Internação Compulsória, Eletrochoque, Submissão à Curatela; Medidas de Segurança; O Manicômio Judiciário: como fechar suas portas em definitivo?; As experiências recentes da Argentina, Uruguai e Equador; A medicalização da vida e o movimento das desmedicalização da Psiquiatria. A nova Política Antimanicomial do Poder Judiciário (Resolução nº 487/23).		
TEMAS GERAIS			
EIXOS E SUBEIXOS	Boas práticas e Atualizações em Fontes/Pensamento Jurídico Teórico e Aplicado: Temas de Direito Constitucional; Temas de Direito Civil; Temas de Processo Civil; Temas em Direito Penal; Temas em Processo Penal; Temas em Legislações Especiais; Construção de Pensamento Crítico e/ou Compreensivo Teórico e Aplicado: Temas em Alteridade, Visibilidade e Comunidade de Cidadania; Direitos Humanos, Gênero, Racismo e Diversidade; Agenda 2030 e temas de Cooperação Internacional.		
JUSTIFICATIVA	Os processos judiciais envolvendo a temática da saúde mental são frequentes no cotidiano do Poder Judiciário. Contudo, muito embora a lei da reforma psiquiátrica brasileira (Lei nº10.216/01) esteja em vigor há 20 anos, o que se vê na prática são ações e decisões judiciais que confrontam a lógica libertária do movimento antimanicomial. Por isso faz-se importante conhecer as origens e referenciais teóricos da lei em questão para que haja		

	<p>uma interpretação conforme os objetivos que pretendeu estabelecer. Existem diversas experiências, nacionais e internacionais, que colocaram um fim aos “Manicômios Judiciários” e que devem ser conhecidas e reproduzidas como forma de assegurar o direito fundamental à saúde mental. Além disso, trata-se de tema de necessário conhecimento para que se coloque em prática a recente Resolução nº 487, de 15 de fevereiro de 2023 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que instituiu a Política Antimanicomial do Poder Judiciário e estabelece procedimentos e diretrizes para a implementação da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei nº10.216/2001, no âmbito do processo penal e da execução das medidas de segurança. Nesse curso, os magistrados serão apresentados às diferenças estruturais da Psiquiatria Clássica e das chamadas Psiquiatrias Reformadas, que trazem a concepção de que o cuidado em saúde mental pode e deve ocorrer em liberdade e nas cidades, não mais em instituições fechadas, sem contato com o mundo externo e com violações aos mais básicos direitos humanos. A colocação em liberdade de milhares de pessoas atualmente enclausuradas, por diversos motivos, é uma forma de lhes restabelecer a dignidade e a vida.</p>
<p>OBJETIVO GERAL</p>	<p>Espera-se que ao final do curso os alunos sejam capazes de conhecer, internalizar e, por fim, fundamentar adequadamente suas decisões judiciais no tocante às inovações trazidas pela Lei nº 10.216/01 e a Resolução nº 487/23 do CNJ, a fim de assegurar os direitos fundamentais das pessoas em sofrimento mental.</p>
<p>OBJETIVOS ESPECÍFICOS (POR MÓDULO)</p>	<p>Ao final do módulo 01 o magistrado será capaz de diferenciar o modelo biologizante do modelo crítico de psiquiatria e interpretar a Lei nº 10.216/01 e a Resolução nº 487/23 conforme os preceitos constitucionais.</p> <p>Ao final do módulo 02 o magistrado será capaz de construir fundamentação crítica a luz dos direitos humanos acerca da autonomia e consentimentos de vontade sobre os modos de acolhimento em saúde mental.</p> <p>Ao final do módulo 03 o magistrado estará apto a identificar as ações judiciais que concretizam a Reforma Psiquiátrica Brasileira e as que a afrontam e, assim, evitar vícios em suas decisões que possam acarretar sua anulação, atendendo aos reclamos da Resolução nº487/23 do CNJ.</p>
<p>DETALHES DA ATIVIDADE E CORPO DOCENTE</p>	
<p>COORDENAÇÃO E TUTORIA</p>	<p>Coordenadora: Isabel Teresa Pinto Coelho Diniz Juíza de Direito titular da 1ª Vara Cível de Belford Roxo. Mestre em Direito da Cidade (UERJ) e Doutora pela ENSP-FIOCRUZ http://lattes.cnpq.br/6693092833300880</p> <p>Tutor: André Felipe Alves da Costa Tredinnick Juiz de Direito do TJ/RJ e Mestre em Saúde Pública pela Fiocruz/ENSP http://lattes.cnpq.br/3594482709417467</p>

<p>AULAS SÍNCRONAS</p>	<p>Patricia Fonseca Carlos Magno de Oliveira Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro, Mestre em Direito pela UERJ e Doutora em Direito pela UFRJ http://lattes.cnpq.br/0612908794780155</p> <p>Paulo Duarte de Carvalho Amarante Pesquisador Sênior da Escola de Saúde Pública-FIOCRUZ e Presidente de Honra da ABRASME (Associação Brasileira de Saúde Mental). Mestrado em Medicina Social pelo Instituto de Medicina Social da UERJ, doutorado em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz e Pós doutorado na AUSL Imola/Itália. http://lattes.cnpq.br/5548618710308950</p>
<p>DOCENTES CONTEUDISTAS</p>	<p>Isabel Teresa Pinto Coelho Diniz Juíza titular da 1ª Vara Cível de Belford Roxo. Mestre em Direito da Cidade (UERJ) e Doutora pela ENSP-FIOCRUZ http://lattes.cnpq.br/6693092833300880</p> <p>André Felipe Alves da Costa Tredinnick Juiz de Direito do TJ/RJ e Mestre em Saúde Pública pela Fiocruz/ENSP http://lattes.cnpq.br/3594482709417467</p> <p>Paulo Duarte de Carvalho Amarante Pesquisador Sênior da Escola de Saúde Pública-FIOCRUZ e Presidente de Honra da ABRASME (Associação Brasileira de Saúde Mental). Mestrado em Medicina Social pelo Instituto de Medicina Social da UERJ, doutorado em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz e Pós doutorado na AUSL Imola/Itália. http://lattes.cnpq.br/5548618710308950</p> <p>Maria Aglaé Tedesco Vilardo JDS do TJ/RJ, Mestre pelo IPPUR-UFRJ e Doutora em Bioética Ética Aplicada e Saúde Coletiva em associação da UERJ, UFRJ, UFF e FIOCRUZ. http://lattes.cnpq.br/4758623347534427</p> <p>Mariana de Assis Brasil e Weigert Professora permanente da pós graduação da Universidade Estácio de Sá e Doutora em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS.</p>
<p>METODOLOGIA E MATERIAL DE ENSINO</p>	<p>Este curso é composto de 3 módulos de duração de uma semana cada. Em cada módulo haverá uma pasta de material complementar para as leituras da semana, duas videoaulas de 30 minutos cada, um fórum de discussão e uma atividade avaliativa. No módulo 1 será utilizada a ferramenta ativa Glossário, no módulo 2 a ferramenta ativa Mural Virtual e no módulo 3 será utilizada a ferramenta ativa Wiki. Haverá encontros síncronos nos módulos 1 e 3.</p>

	<p>Os materiais são estruturados de modo a gerar uma aproximação gradual e aprofundada com o tema de forma divertida e participativa. Todas as atividades propostas valem nota conforme descrito no item “avaliação” deste plano de curso.</p> <p>Materiais que serão utilizados nas atividades propostas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gravação de videoaula • Fórum de discussão com perguntas catalizadoras de debates <p>Ferramentas ativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mural Virtual • Wiki • Glossário • Encontro síncrono (data/hora)
PROGRAMAÇÃO	
<p>AMBIENTAÇÃO Período: dias 12 e 13/06</p>	<p>Vídeo de apresentação do curso; Programação; Manual do aluno; Navegando pela Plataforma.</p>
<p>Módulo 1 Período: de 14 a 20/06 Carga horária: 06 horas</p> <p>Encontro síncrono: dia 16/06 – 10h às 12h</p>	<p>A Reforma Psiquiátrica Brasileira: origens e concretização Ementa: O caso Damião Ximenes. Lei nº10.216/01: antecedentes históricos e seus desdobramentos práticos. Ações judiciais que implementam a Lei nº 10.216/01 (a “boa” judicialização). A Política Antimanicomial do Poder Judiciário – Resolução CNJ nº 487/23.</p> <p>Vídeo aula 1 Tema: O caso Damião Ximenes Docente: André Felipe Alves da Costa Treddinnick Conteúdo programático: exposição e discussão do que ficou conhecido como “o caso Damião Ximenes”, condenação internacional do Brasil, consequências da condenação.</p> <p>Vídeo aula 2 Tema: A Reforma Psiquiátrica Brasileira: a Lei nº 10.216/01 Docente: Isabel Teresa Pinto Coelho Diniz Conteúdo programático: Origens da Reforma Psiquiátrica Brasileira; diferenciação entre psiquiatria biologizante e psiquiatrias críticas/reformadas, exemplos de ações judiciais que concretizam o ideal libertário da Lei nº 10.216/01</p> <p>Encontro síncrono: Dia 16/06 – 10h- 12h. Tema: Como fechar as portas dos Manicômios Judiciários? A política Antimanicomial do Poder Judiciário instituída pela Resolução nº 487/23 do CNJ. Docente: Patricia Fonseca Carlos Magno de Oliveira Conteúdo programático: Abordagem da Resolução nº 487/23 do CNJ; produção de diálogo entre o campo direito sanitário, penal e penitenciário, o direito humano à saúde mental antimanicomial.</p>

	<p>Avaliação de aprendizagem: Debate entre alunos mediado pelo tutor no Fórum de discussão e atividade no Glossário.</p> <p>Tutor(es) do módulo: André Felipe Alves da Costa Treddinnick</p> <p>Leitura obrigatória: SANTOS, BEATRIZ OLIVEIRA; PONTES, MARIA VANIA ABREU. A primeira condenação do Brasil na Corte Interamericana: implicações para o surgimento do Fórum Cearense da luta antimanicomial. In Direitos Humanos e Saúde Mental, organização Walter Ferreira de Oliveira, Ana Maria Fernandes Pitta e Paulo Amarante, São Paulo: Hucitec, 2017, p.21-55.</p> <p>AMARANTE, PAULO. Asilos, alienados e alienistas: Pequena história da psiquiatria no Brasil. In Psiquiatria Social e Reforma Psiquiátrica, organização Paulo Amarante, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994, p. 73-84.</p>
<p>Módulo 2 Período: de 21 a 27/06 Carga horária: 06 horas</p>	<p>Autonomia de vontade e Medicalização em Psiquiatria Ementa: Interdição e submissão à curatela, Consentimento de vontade, a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência, Medicalização da vida e Desmedicalização em Psiquiatria: novos rumos.</p> <p>Vídeo aula 1 Tema: Submissão à curatela e consentimento de vontade Docente: Maria Aglaé Tedesco Vilardo Conteúdo programático: as inovações trazidas pela lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência no tocante às pessoas submetidas à curatela, capacidade e autonomia de vontade.</p> <p>Vídeo aula 2 Tema: A medicalização da vida e a desmedicalização em Psiquiatria. Novos modos de acolhimento em saúde mental. Docente: Paulo Duarte de Carvalho Amarante Conteúdo programático: a “epidemia” das drogas psiquiátricas, novos rumos da psiquiatria no mundo, produção brasileira sobre o tema.</p> <p>Avaliação de aprendizagem: Debate entre alunos mediado pelo tutor no Fórum de discussão e atividade no Mural Virtual.</p> <p>Tutor(es) do módulo: André Felipe Alves da Costa Treddinnick</p> <p>Leitura obrigatória: FREITAS, Fernando; AMARANTE, PAULO. Medicalização em Psiquiatria. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015, p. 77-104.</p> <p>WITHAKER, ROBERT. Anatomia de uma Epidemia. Pílulas Mágicas, Drogas Psiquiátricas e o Aumento Assombroso da Doença Mental. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017, p.21-29 e 55-61.</p>

<p>Módulo 3 Período: de 28/06 a 04/07 Carga horária: 06 horas</p> <p>Encontro síncrono: dia 03/07 – 10h às 12h</p>	<p>A “má judicialização” em saúde mental: internações psiquiátricas (compulsória e involuntária), eletrochoques e medidas de segurança. Ementa: Internações psiquiátricas, pedidos de eletroconvulsoterapia, o futuro e as alternativas à aplicação das medidas de segurança após a Lei nº 10.216/01 e a Resolução nº 487/23 do CNJ.</p> <p>Vídeo aula 1 Tema: Internações Psiquiátricas e Eletrochoques Docente: Isabel Teresa Pinto Coelho Diniz Conteúdo programático (até 3 linhas): a saúde mental judicializada pode acarretar diversas violações de direitos humanos, sendo os principais exemplos os pedidos de internação compulsória em comunidades terapêuticas e os eletrochoques em clínicas particulares.</p> <p>Vídeo aula 2 Tema: Alternativas à aplicação das medidas de segurança após a Lei nº 10.216/01 Docente: Mariana de Assis Brasil e Weigert Conteúdo programático (até 3 linhas): medidas de segurança, manicômios judiciais, alternativas humanizadas do tratamento do encontro da “loucura” e do crime.</p> <p>Encontro síncrono: Dia 03/07 – 10h-12h Tema: Concretização da Reforma Psiquiátrica Brasileira: o que abrir pra fechar? Experiências da Itália, Argentina, Uruguai e Equador Docente: Paulo Duarte de Carvalho Amarante Conteúdo programático: Fechamento de clínicas psiquiátricas. A refecção saúde mental brasileira. CAPS. Comunidades terapêuticas. Novas perspectivas em saúde mental. Experiências internacionais.</p> <p>Avaliação de aprendizagem: Debate entre alunos mediado pelo tutor no Fórum de discussão e atividade na Wiki.</p> <p>Tutor(es) do módulo: André Felipe Alves da Costa Treddinnick</p> <p>Leitura obrigatória: SILVEIRA, LUANA E OUTROS. Se você quer prender não é seguro: problematização da medida de segurança e da internação compulsória de pessoas em sofrimento psíquico. In Dimensão Jurídico-Política da REFORMA Psiquiátrica Brasileira: limites e possibilidades, coordenação Ludmila Cerqueira Correia. Rio de Janeiro: Gramma, 2017 -p. 133-151.</p> <p>CORREIA, LUDMILA CERQUEIRA. Enterrando o Manicômio Judiciário: contribuições da Reforma Psiquiátrica Brasileira para a garantia do direito à saúde das pessoas em sofrimento mental autoras de delito. In Dimensão Jurídico-Política da REFORMA Psiquiátrica Brasileira: limites e possibilidades, coordenação Ludmila Cerqueira Correia. Rio de Janeiro: Gramma, 2017 -p. 79-101.</p>

Módulo de Avaliação de Reação Período: de 05 a 07/07 Carga horária: 02 horas	Registro Reflexivo Avaliação de Reação Avaliação das Aulas
AVALIAÇÃO (Total 100 pontos)	Módulo 01: Fórum de discussão – até 15 pontos Glossário – até 15 pontos Participação ativa no encontro síncrono – até 5 pontos Módulo 02: Fórum de discussão – até 15 pontos Mural Virtual – até 15 pontos Módulo 03: Fórum de discussão – até 15 pontos Wiki – até 15 pontos Participação ativa no encontro síncrono – até 5 pontos
CERTIFICAÇÃO	Registro no SIEM Emissão de certificado na plataforma Moodle

INFORMAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS

- METODOLOGIA DO CURSO:** A proposta metodológica da EMERJ está alinhada ao objetivo de desenvolver a educação continuada dos juízes com vistas ao progressivo amadurecimento do seu conhecimento e aprofundamento da atenção permanente para o alcance prático e repercussão social de suas decisões. A metodologia do curso está em consonância com a proposta da ENFAM, que em sua Resolução No. 7 de 7 de dezembro de 2017 (Diretrizes Pedagógicas) estabelece a necessidade da formação dos magistrados possuir um caráter humanista e interdisciplinar. Ela será teórico-prática, tomando a prática jurisdicional como ponto de partida e integradora, buscando apreender a prática jurisdicional como parte e em suas relações com a totalidade complexa constituída pela sociedade. Assim, o processo de aprendizagem ocorre com o protagonismo do magistrado aluno, desencadeando processos de reflexão sobre as situações concretas da prática jurisdicional, estimulando novas formas de agir.
- AMBIENTAÇÃO:** Todo o material estará disponível na plataforma Moodle, no endereço <http://virtual.emerj.com.br/>. Os alunos receberão, ao se inscreverem, o link para acesso à Plataforma e ao Curso, com um login e senha. Na primeira tela encontrarão todas as informações necessárias para a ambientação: Navegando pela Plataforma; Dicas para EaD; Manual do Aluno; Programação do curso e informações sobre o (a) Tutor (a); Acesso às ferramentas de comunicação que serão utilizadas (Fóruns; chats; vídeos; hiperlinks). Os canais de suporte ao cursista também estão lá informados.
- ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS TUTORES:** Conforme Plano de Tutoria enviado ao tutor, faz parte de suas responsabilidades mediar os debates realizados nas atividades síncronas e assíncronas (conforme explicitadas no

plano de curso, esclarecer as dúvidas dos alunos e dar feedback dentro dos prazos estipulados no plano de tutoria, avaliar as atividades realizadas pelos alunos de acordo com a proposta metodológica e avaliativa descrita no plano de curso e estimular a participação criando um clima de cooperação entre os participantes por meio de mensagens no chat e/ou nos fóruns de discussão.

4. **ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS ALUNOS:** Os alunos deverão participar de todas as atividades (síncronas e assíncronas) descritas no plano de curso de modo que haja a necessária interação entre conteúdo/docentes/discutentes, devendo cumprir a porcentagem das atividades consideradas obrigatórias (conforme descritas no plano de curso no item Avaliação) e atingir os critérios para certificação.
5. **AValiação.** Na formação dos magistrados entende-se a avaliação como um processo contínuo e sistemático, sendo concebida como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Ela deve ocorrer com foco na prática profissional, em todos os momentos do processo de aprendizagem, mediante diversos instrumentos e procedimentos avaliativos e articulados com todos os objetivos das ações educacionais planejadas. A avaliação de aprendizagem do aluno será individual e contínua e levará em conta a participação nos Fóruns de Discussão, a realização das Questões Formativas, a realização das demais atividades propostas em cada módulo. Ao final do curso será apresentada uma questão avaliativa (Estudo de Caso - opcional) que contemplará a totalidade dos temas estudados ao longo dos módulos. Será disponibilizado, também na plataforma, um formulário para elaboração do Registro Reflexivo. Para a avaliação do curso o magistrado cursista preencherá um formulário de reação, conforme escala de valores para cada quesito, alinhada às diretrizes da ENFAM, tais como: avaliação dos professores, avaliação dos temas apresentados, carga horária, qualidade do material de apoio e integração dos participantes durante o curso no próprio ambiente Moodle. Essa avaliação de impacto dos resultados alcançados pela realização do curso é de grande importância tanto para o processo de autoavaliação dos magistrados quanto para o processo de aprimoramento constante dos cursos oferecidos por essa Escola.
6. **FREQUÊNCIA E APROVAÇÃO:** A aferição da participação dos cursistas se dará pela realização das atividades propostas ao longo do curso, devendo ao final atingir o mínimo de 75% de aproveitamento, conforme Instrução Normativa Enfam n.1/2017, sendo condição para a certificação e atribuição das horas de aperfeiçoamento.
7. **DESISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO.** A desistência de participação em atividade promovida pela Escola Judicial, para a qual tenha sido efetuada inscrição, deverá ser comunicada no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes do início do evento, por meio de mensagem eletrônica para a caixa de mensagens deama.emerj@tjrj.jus.br